



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

LETÍCIA DA COSTA FERREIRA

EDUCAÇÃO INFANTIL E A CRIANÇA NEGRA: Análise das produções do PPGE  
UFSCar sobre as relações étnico-raciais na infância (2004 – 2018).

SÃO CARLOS -SP

2022

LETÍCIA DA COSTA FERREIRA

**EDUCAÇÃO INFANTIL E A CRIANÇA NEGRA:** Análise das produções do PPGE UFSCar sobre as relações étnico-raciais na INFÂNCIA (2004 – 2018).

Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) apresentado na disciplina TCC II, como exigência para obtenção de título de Licenciada em Pedagogia, na Universidade Federal de São Carlos — UFSCar, sob orientação da professora Alessandra Arce Hai.

São Carlos -SP

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas

**Folha de aprovação.**

Assinatura dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de [Mestrado ou Doutorado] do candidato [nome do aluno], realizada em dd/mm/aaaa:

---

Prof. Dr. [nome]  
Instituição

---

Prof. Dr. [nome]  
Instituição

---

Prof. Dr. [nome]  
Instituição

*Dedico esta pesquisa a OXALÁ que me  
guia, e meus ancestrais que em suas lutas e  
resistências construíram as pontes para  
tornar-me o que sou hoje.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Oxalá, Nossa Senhora de Aparecida e aos Orixás!

Agradeço, a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alessandra Hai Arce, minha orientadora! Ser humano que somente posso externar sentimentos de gratidão, pois, foi quem me auxiliou academicamente por momentos turbulentos com perícia, calma e profissionalismo. Nunca desistindo de mim!

Agradeço aos meus pais, Rosalim e Vanderly, meus irmãos Guilherme e Priscila, que estiveram presentes em todos os momentos de minha vida.

Agradeço a todos aqueles que fizeram parte das minhas vivências e aprendizados durante estes anos de estudo na UFSCar.

Aos autores das Produções apresentadas ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos e, que fazem parte notável para o desenvolvimento deste trabalho.

*“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.”*

*(Nelson Mandela; “Long. Walk to Freedom”, 1995)*

## RESUMO

O presente trabalho versa sobre a temática negra no ensino infantil, em especial, em como o ensino e pesquisa de questões raciais voltadas para as infâncias contribuem para o combate a ações que minimizam e desconsideram questões sociais, políticas e históricas que influenciam o tratamento da população negra, em especial a criança. O estudo, conta com saberes fragmentados em 11 produções acadêmicas nacionais, sendo, a pesquisa produto de uma revisão crítica de literatura especializada, a abordagem metodológica admitida refere-se a uma análise bibliográfica na perspectiva da pesquisa qualitativa, que permite perquirir e interpretar as contribuições dos autores de maneira analítica, perpassando as linhas de pesquisa traçadas, práticas educativas, bem como, os níveis de comprometimento, compreensão e construção das concepções individuais e coletivas em relação ao tema. O estudo tem como objetivo motor: debruçar-se em como as pesquisas selecionadas analisam e apresentam em seu escopo questões raciais e étnicas na Educação Infantil, bem como, a criança negra pequena. Para isto, o referencial teórico metodológico está pautado na análise de dissertações e teses produzidas com recorte temporal de 2004 a 2018 na base do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. Para além, se busca localizar metodologias presentes nas produções acadêmicas que indiquem princípios de uma educação antirracista na infância, esta que deve necessariamente ser inclusiva em todos os seus níveis e formas, modificando as condições de existência das populações racializadas, presentes no social. A problemática que orienta o desenvolvimento deste estudo, assim, ficou estipulado: “Como as pesquisas produzidas no âmbito do PPGE da UFSCar analisam e apresentam as questões étnico raciais na Educação Infantil e a criança negra? Quais seriam as contribuições de tais trabalhos para fomentar uma prática pedagógica antirracista na infância?”. Os resultados percebidos com a pesquisa desfraldam relações nocivas causadoras de infinitas violências na Educação Infantil, o que traz inúmeros aspectos a corroborar sobre a importância do ensino étnico-racial desde a Educação Infantil e o impacto positivo que ele promove na psique das crianças, assim como, a importância da História e Cultura Afrodescendente na escola e na formação de professores, a fim de eliminar as diversas formas de racismo e discriminação que ainda prevalecem em nossas instituições de ensino.

**Palavras-chave:** relações étnico-raciais; crianças; educação infantil; PPGE-UFSCar.

## ABSTRACT

The present work deals with the black theme in early childhood education, especially in how teaching and research on racial issues aimed at childhood contribute to combat actions that minimize and disregard social, political and historical issues that influence the treatment of the black population, especially children. The study relies on fragmented knowledge in 11 national academic productions, and the research is the product of a critical review of specialized literature. The methodological approach admitted refers to a bibliographic analysis from the perspective of qualitative research, which allows investigating and interpret the contributions of the authors in an analytical way, going through the lines of research, educational practices, as well as the levels of commitment, understanding and construction of individual and collective conceptions in relation to the theme. The study's main goal is to analyze how the selected researchers analyze and present in their scope racial and ethnic issues in Early Childhood Education, as well as the young black child. For this, the theoretical and methodological reference is based on the analysis of dissertations and theses produced with a time frame of 2004 to 2018 in the base of the Graduate Program in Education at the Federal University of São Carlos. In addition, it seeks to locate methodologies present in academic productions that indicate principles of an anti-racist education in childhood, which must necessarily be inclusive in all its levels and forms, changing the conditions of existence of racialized populations, present in the social. The problem that guides the development of this study was thus stipulated: "How does the research produced in the scope of the PPGE of UFSCar analyze and present ethno-racial issues in Early Childhood Education and the black child? What would be the contributions of such works to foster an anti-racist pedagogical practice in childhood?". The results perceived with the research unfold harmful relations that cause infinite violence in Children's Education, which brings innumerable aspects to collaborate about the importance of ethno-racial teaching since Children's Education and the positive impact that it promotes in the psyche of children, as well as, the importance of Afro-Brazilian History and Culture in the school and in the formation of teachers, in order to eliminate the diverse forms of racism and discrimination that still prevail in our educational institutions.

**Keywords:** ethnic-racial relations; children; early childhood education; PPGE-UFSCar.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

|        |                                       |
|--------|---------------------------------------|
| UFSCAR | UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS    |
| PPGE   | PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO |
| LDB    | LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO |

## LISTA DE GRÁFICOS

|   |    |
|---|----|
| Gráfico 1 - Distribuição de teses e dissertações apresentadas ao programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, Brasil, 2022. |    |
| 29  |    |
| Gráfico 2 - Teses de Doutorados apresentadas ao programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, Brasil, 2022.                  | 30 |
| Gráfico 3 - Dissertações de Mestrados apresentadas ao programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, Brasil, 2022.            | 30 |
| Gráfico 4 - Período temporal de Apresentação das Teses e Dissertações, Brasil, 2022.  | 32 |

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Teses e dissertações apresentadas ao programa de pós-graduação em educação da universidade federal de São Carlos (2003 – 2018). 20-21

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <b>INTRODUÇÃO</b>  | 13 |
| <b>1 MAPEAMENTO DAS TESES DE DOUTORADO E DISSERTAÇÕES DE MESTRADOS = A PESQUISA E A CRIANÇA NEGRA.</b> | 19 |
| <b>2 APURAÇÃO DE DADOS</b>   | 29 |
| <b>3 CONCEPÇÕES ENCONTRADAS NAS PESQUISAS</b>  | 33 |
| 3.1 IDENTIDADE   | 33 |
| <b>3.1.1 Identidade e Foucault</b>   | 35 |
| 3.2 RAÇA   | 36 |
| 3.3 RACISMO  | 38 |
| 3.4 RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL   | 40 |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>  | 46 |
| <b>REFERÊNCIAS</b>   | 48 |

## INTRODUÇÃO

“Não faz parte da natureza do ser humano a perversidade do racismo. Não somos racistas, tornamo-nos racistas assim como podemos deixar de estar sendo racistas” (FREIRE, Paulo, 2001, *À Sombra desta Mangureira*.)

A gênese da presente pesquisa surgiu a partir do meu interesse pessoal em perquirir aspectos sobre a temática negra no ensino infantil. Está a priori foi impulsionada a partir do contato infeliz com práticas adotadas por docentes com nítidas distinções entre os indivíduos sob suas responsabilidades profissionais, seguindo critérios de tratamento unicamente por questões de raça. Deploravelmente, esses fenômenos pontuais observados e com linguagens violentas não são incomuns, normalizados pela sociedade em inúmeras ocasiões.

Essas normalizações que promovem diferenciação entre os seres humanos contêm aspectos sociais e abrange vastas situações, dentre elas encontramos em larga escala os fenômenos racistas, que segundo Sílvia Almeida (2020), moldam o inconsciente e constituem a subjetividade dos indivíduos. Sendo ele próprio:

[...] forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (ALMEIDA, 2020, p. 32).

Os complexos conceitos de raças que dão base a princípios racistas, em termos biológicos, atualmente não são aceites, mas estão construídos sócio historicamente, determinando categorias ideológicas afogadas em inúmeros critérios de hierarquização das qualidades morais, intelectuais e culturais dos homens atrelados majoritariamente aos fenótipos. Por meio, da cor da pele e das características morfológicas, a legitimidade dos sistemas raciais ocorre, sejam elas construções coloniais, científicas, sociais ou políticas.

Os arquétipos estereotipados que engendram as sociedades condicionam fortemente os comportamentos e a visualização que possuímos dos sujeitos de acordo com sua raça e traços.

A problemática racial que permeia a sociedade brasileira envolve complexas nuances interpenetradas por reflexos de poder e conflitos presentes no

macrossocial, que estão em constante movimento, sempre segundo as dimensões temporais em que se encontram. Discutir os micro e macro violências contra as populações negras, especificamente se requer trazer em debate indissoluvelmente perspectivas históricas, que analisem a centralização do poder de um grupo em detrimento de outro.

Para o desenvolvimento da pesquisa me amparei em conceitos como o de racismo estrutural, termo etimológico desenhado por Sílvia Almeida (2020), em que os fenômenos raciais fazem parte simbioticamente das organizações sociais, políticas, econômicas, culturais, etc. dando suporte e legitimidade às violências para com algumas “raças”. Para o autor, “[...] racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade.” (ALMEIDA, 2020).

Outro conceito refere-se ao de biopoder, tal como elaborado por Michel Foucault, em que a prática dos estados modernos com o capitalismo contemporâneo regula a vida dos seres em geral e na educação em particular, estando engendrados por meio de “tecnologias de poder”, sendo, o racismo uma delas.

O racismo de Estado, perpetrado no social, de acordo com Célia Bernardes (2013), divide-se a dois modos:

[...] primeiramente, fragmenta o “contínuo biológico”, dividindo-o em raças de acordo com uma determinada hierarquia; em segundo lugar faz atuar a antiga relação guerreira (“se você quiser viver é preciso que o outro morra”) de uma forma inteiramente nova e compatível com o exercício do biopoder. (BERNARDES, 2013, p. 71).

Através da fragmentação das raças, estando a mesma fornecendo tecnologias para a objetificação e morte dos seres, e culminam em uma verdadeira banalização das vidas negras, temos aquilo que Achille Mbembe, nomeia de “necropolítica”, em que a partir da manipulação dos fenômenos biológicos a morte de certas populações — negros e pobres — é “autorizada” pelo Estado, seja por meio de sua ação ou omissão.

### Relações étnico-raciais e os sistemas educacionais.

A educação e a escola, enquanto ferramentas e estruturas culturais do estado, estão atravessadas por inúmeros discursos que desde sua fundação permanecem

em constantes situações de disputas ideológicas. Dentre os conceitos em embate encontramos saberes oriundos de diversas vertentes, sejam elas, históricas, filosóficas, pedagógicas, etc. Percebemos nestes espaços inclusive às concepções raciais e de racismo tecidos socialmente nas mais distintas épocas, bem como, os mais variados critérios existentes que cerceiam o poder e às estratégias políticas para manter e ampliar relações de dominação.

Doravante, o ambiente educativo mostra-se emblemático ao desempenhar suas funções sociais, sendo, talvez, “[...] o dispositivo em que as tensões e relações de poder tenham maior visibilidade.” (MASCARENHAS, 2018). Estando construído por sua própria cultura escolar, sendo esta majoritariamente etnocêntrica.

A leitura sobre as relações étnico-raciais nos sistemas educacionais aponta uma comum manifestação de ethos racializados, bem como, seu escamoteamento. Esta percepção em parceria com mais algumas estratégias de controle do corpo e da subjetividade me impulsionou a indagar através de algumas produções acadêmicas na área educacional, não apenas como alguns dos mecanismos e estruturas raciais que integram as organizações sociais propiciam aprendizagens racionalizadas e objetificadas sob populações negras. Mas, como o ensino e pesquisa de questões raciais voltadas para as infâncias contribuem para o combate a essas estruturas. Partindo destes pressupostos, o objetivo geral da pesquisa é analisar especificamente como dissertações e teses produzidas com recorte temporal de 2004 a 2018 na base do PPGE da UFSCar, apresentam em seu teor questões raciais e étnicas na Educação Infantil, bem como, a criança negra pequena.

Para além, tenho em vista localizar metodologias presentes nas produções acadêmicas que indiquem princípios de uma educação antirracista na infância, esta que deve necessariamente ser inclusiva em todos os seus níveis e formas, modificando as condições de existência das populações racializadas, presentes na base dá “pirâmide racial”.

A questão norteadora desta investigação, assim, ficou estipulada: “Como as pesquisas produzidas no âmbito do PPGE da UFSCar analisam e apresentam as questões étnico raciais na Educação Infantil e a criança negra? Quais seriam as contribuições de tais trabalhos para fomentar uma prática pedagógica antirracista na infância?”

Temos como objetivos específicos analisar através das pesquisas:

- como a criança, enquanto sujeito influenciado cultural e socialmente, vivencia as diferenças étnico-raciais no contexto da educação infantil;
- quais são os possíveis processos presentes na construção de identidades, seja de crianças negras ou brancas no espaço escolar;
- buscar uma compreensão de quais processos educativos desenvolvem na prática social valorização da origem ou descendência africana no contexto escolar;
- Identificar o discurso étnico-racial produzido pelos indivíduos presentes no espaço escolar infantil, destacando as relações de saber e poder presentes em tais discursos;

Visando alcançar com eficiência aos almejos propostos, a abordagem metodológica admitida no trabalho refere-se a uma análise bibliográfica, de caráter qualitativo, que permite perquirir e interpretar as contribuições dos autores de maneira analítica, perpassando as linhas de pesquisa traçadas, práticas educativas, bem como, os níveis de comprometimento, compreensão e construção das concepções individuais e coletivas em relação ao tema. Ao estar em contato com uma grande gama de produções já realizadas sobre a temática em foco, buscamos de acordo com Brito et al. (2021, p. 8), extrair desse processo “[...] novas descobertas a partir de conhecimentos já elaborados e produzidos.”

A investigação bibliográfica, reiterando, foi selecionada por ser caracterizada como movimento essencial para os processos compiladores de qualquer perquirição, permitindo através de sua dinâmica objetiva recuperar o conhecimento científico acumulado sobre a temática, tornando possível por meio deste, a dilatação e aprofundamento dos campos exploratórios escolhido.

O trabalho conta com saberes fragmentados em 11 produções acadêmicas nacionais, sendo, os materiais utilizados, dissertações e teses de mestrados e doutorados, presentes exclusivamente no banco de dados da plataforma eletrônica do repositório institucional da UFSCar.

#### Leitura sobre a Infância.

A escolha para perquirir especificamente o período infantil ocorreu, pois, o mesmo corresponde aos primeiros anos do desenvolvimento humano, sendo

consequentemente ponto inicial também das interações e formações. A presente pesquisa entende o desenvolvimento a partir da ótica Histórico-Cultural, que define o homem “[...] como um ser social, coletivo e histórico, cujo processo formativo deriva do complexo sistema de relações desenvolvidas pelo trabalho e pela linguagem.” (PICCOLO, 2011, p.11).

Enquanto a maturação humana transcende através das socializações, os ensinamentos sociais dispostos desde a primeira infância são sutilmente internalizadas a medida em que ocorre a aprendizagem social, estando esta constituída a partir das construções sociais, culturais e econômicas. Desde o sublime instante em que encarnamos neste mundo a sociedade que nos acolhe, ensina diligentemente através de pequenas ações determinados saberes de existência, sejam eles de caráter moral, estético ou condições materiais. Simploriamente, o aparato social que nos abraça e controla embute em nosso modo de agir e perceber certas potencialidades.

Para critérios de análise do trabalho parto da premissa, que a pesquisa e educação antirracista é capaz desde a mais tenra idade de elucidar os estereótipos imagéticos nocivos estruturalmente divulgados, seja através de ações, omissões, reflexões particulares e coletivas dos indivíduos no meio social. Considero que a construção da identidade está atrelada a um contínuo de evolução, em que o âmago do aprender encontra-se nas interações no coletivo.

#### Caminhos e Labirintos percorridos.

Aspiro elucidar que a princípio, a pesquisa objetivava estudar a visão dos Inacianos destinada ao ensino e posse de escravos africanos no Brasil Colônia debruçando-se sobre os atores sociais da época (jesuítas e negros), no percurso almejava-se analisar os processos de legitimação da escravidão negra fomentados pela sociedade do período. No entanto, tendo dificuldade em localizar informações pertinentes e não genéricas, modifiquei a trajetória de estudos, porém sem deixar de refletir sobre noções amparadas em princípios sofisticados e excludentes, que se alojaram neste recorte temporal a partir dos processos de legitimação da escravização negra.

O estudo em questão parte do primeiro capítulo, que se refere ao “Mapeamento das teses/dissertações = a pesquisa e a criança negra”, que se

constrói de modo a expor brevemente algumas das contribuições centrais encontradas nos trabalhos acadêmicos selecionados em sequência, no segundo capítulo, denominado “Apuração de dados”, se encontram pequenas análises sobre as pesquisas pré-selecionadas na base de dados; enquanto, o terceiro capítulo divide-se em quatro frações, em que perscrutamos conceitos centrais apanhados nas obras, sendo analisados os processos resultantes em privilégios direcionados à branquitude, enquanto preconceitos, racismo e discriminações, a negritude.

Por fim, finalizamos com algumas considerações finais acerca das questões perpassadas durante a compilação da pesquisa.

## **1 MAPEAMENTO DAS TESES DE DOUTORADO E DISSERTAÇÕES DE MESTRADOS = A PESQUISA E A CRIANÇA NEGRA.**

“Como poderá alguém desabrochar seu corpo que é físico, que é inteligência, percepção, sentimento, emoção, com alegria e espontaneidade, sendo ele negro num mundo em que o feio, o negativo, o mau, errado, é qualidade de negro?” (SILVA e MONTEIRO, 2000, Combate ao racismo e construção de identidades.)

O caminho selecionado nesta monografia submete-se a um levantamento e esmiuçamento detalhado do corpus teórico produzido de 2004 a 2018 pelos acadêmicos da Universidade Federal de São Carlos em seu Programa de Pós-Graduação em Educação, perfazendo, 15 anos de contribuições e reflexões com pontos de vistas divergentes sobre a criança negra pequena e as discriminações que a mesma está submetida em seu processo de desenvolvimento e escolarização na educação infantil. Consideramos que estes trabalhos são de suma importância para entendermos as relações raciais em nosso país e como os negros encontram caminhos para superar, minimizar e alcançar mais oportunidades em meio a injustiças e discriminações.

A coleta de dados foi desenvolvida no PPGE da Universidade Federal de São Carlos, pois, o mesmo é fonte de parte de minhas relações acadêmicas, bem como, se autodenomina como palco de investigações com relevância social em diferentes áreas educacionais, promovendo superação das desigualdades sociais e impulsionando o avanço da educação brasileira.

A base de dados do PPGE UFSCar foi inicialmente utilizada para a combinação e busca dos seguintes descritores: negro(a), crianças, educação infantil, preto(a), infância negra e relações étnico-raciais. Com objetivo de verificar na produção acadêmica a infância das crianças negras no espaço escolar, aprofundando o conhecimento e a relação entre os conceitos apresentados. Priorizamos pesquisas relacionadas à infância das crianças negras menores de 06 anos produzidas no meio acadêmico.

Após a seleção dos estudos, classificamos os trabalhos a partir do cruzamento entre suas palavras-chave, restando publicadas apenas 11 produções que

harmonizam com os almejos aqui propostos e hoje compõem o escopo teórico deste trabalho, realizamos a leitura de todo o material, sendo, 07 dissertações de mestrados e 4 teses de doutorado, no idioma português.

As obras estão organizadas na tabela a seguir consoante a apresentação ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos e posteriormente, as principais ideias centrais presentes em cada uma, serão esmiuçadas.

Tabela 1 - Teses e dissertações apresentadas ao programa de pós-graduação em educação da universidade federal de São Carlos (2003 – 2018).

|    |             | <b>TÍTULO</b>  | <b>Ano de publicação</b> | <b>Autores</b>                       | <b>Tese/ Dissertação</b> |
|----|-------------|--|--------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| 01 | PPGE UFSCar | Um estudo sobre a creche: o que as práticas educativas produzem e revelam sobre a questão racial?            | 2004                     | OLIVEIRA, Fabiana de                 | Dissertação              |
| 02 | PPGE UFSCar | Educação das relações étnico-raciais: aprendizagens e experiências de professoras em São Carlos-SP           | 2009                     | DEMARZO, Marisa Adriane Dulcini      | Dissertação              |
| 03 | PPGE UFSCar | Os debates do significado de educar para as relações étnico-raciais na educação brasileira.                  | 2010                     | CRUZ, Ana Cristina Juvenal da        | Dissertação              |
| 04 | PPGE UFSCar | Educação infantil: análise da manifestação social do preconceito na atividade principal de jogos             | 2011                     | PICCOLO, Gustavo Martins             | Dissertação              |
| 05 | PPGE UFSCar | Percepções de infância de crianças negras por professoras de Educação Infantil.                              | 2012                     | SOUZA, Ellen de Lima.                | Dissertação              |
| 06 | PPGE UFSCar | Educação das relações étnico-raciais: processos educativos decorrentes do brincar na educação infantil.      | 2015                     | OLIVEIRA, Alessandra Guerra da Silva | Dissertação              |
| 07 | PPGE UFSCar | Crianças negras em escolas de “alma branca”: um estudo sobre a diferença étnico-racial na educação infantil. | 2016                     | SOUZA, Edmacy Quirina de             | Tese                     |
| 08 | PPGE UFSCar | Experiências de infâncias com produções de culturas no Ilê Axé Omo Oxé Ibá Latam.                            | 2016                     | SOUZA, Ellen de Lima                 | Tese                     |
| 09 | PPGE UFSCar | Um estudo sobre as relações étnicorraciais na perspectiva das crianças pequenas.                             | 2017                     | CORRÊA, Lajara Janaina Lopes         | Tese                     |
| 10 | PPGE UFSCar | Educação das relações étnico-raciais: processos educativos decorrentes de uma intervenção com africanidades  | 2018                     | DENZIN, Aline de Souza.              | Tese                     |

|    |                |  |      |                                  |             |
|----|----------------|--|------|----------------------------------|-------------|
| 11 | PPGE<br>UFSCar | A Educação das Relações étnicorraciais na creche: traçando como mechas da legislação federal, formação e práticas das professoras. | 2018 | Alves,<br>Elizabeth<br>Conceição | Dissertação |
|----|----------------|--|------|----------------------------------|-------------|

Fonte: Produzido pela autora, em 2022.

A dissertação de mestrado intitulada: “Um estudo sobre a creche: o que as práticas educativas produzem e revelam sobre a questão racial?” de autoria de Fabiana de Oliveira, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos no ano 2004, discute em seu estudo de caso descritivo de natureza qualitativa as principais práticas educacionais observadas pela pesquisadora que se debruçam sobre questões raciais presentes na faixa etária entre zero e três anos, em uma creche da rede municipal de ensino de São Carlos, São Paulo. Consoante a autora, os resultados da perquirição efetuada apontam notavelmente o aparecimento da questão racial e de gênero desde a mais tenra idade infantil, sendo elas mediadas e materializadas na instituição através das teias sociais promovida pelas relações dinâmicas e interpessoais entre crianças e profissionais da educação.

Os estudos denotam que o silêncio ou denegação do preconceito impera sobre temáticas raciais no espaço institucionalizado e seu sistema particular de relações sociais, segundo Oliveira (2004), por intermédio das mediações excludentes há o afastamento das crianças negras dos contextos diversos dos seus. Concomitante, ocorre o auxílio na construção negativa de suas identidades, promovidas por generalização de constructos e conceitos sociais, alimentadas por visões estereotipadas e preconceituosas.

Dentre os conjuntos de práticas, costumes ou situações que incitam diretamente a reprodução de racismo na creche descritos pela autora, encontramos com ênfase a predileção ou comportamento excludente pelos profissionais do espaço escolar em relação às crianças mediante unicamente por seus fenótipos. Como explicação para este fenômeno social, contemplamos enraizados em um complexo de relações o padrão estereotípico classificado como dominante expressos pela sociedade, pois, ao estarem imbuídos pela ideologia do branqueamento, são marcas físicas geradoras de racismo, determinando como sendo o “belo”, unicamente os traços brancos.

Em concordância com a questão fenotípica, a “paparicação”, termo utilizado pela autora ao descrever demonstrações de afeto partindo dos funcionários no ambiente educativo com destino as crianças, denotam uma exclusão massiva dos sujeitos negros. Na rotina diária em sala, as crianças negras são menos tocadas, ganham menos colo e, não são elogiadas pela sua beleza física. Doravante, dentre os processos de exclusão e inclusão escolar de crianças negros e não negros encontramos as percepções dos profissionais educacionais sobre o mau comportamento da criança negra quando comparadas às crianças brancas, destacam-se as evidências que as visões e intervenções são demasiadamente distintas, as sanções aplicadas a primeira vão além da disciplina e retirada de privilégios escondendo prejulgamentos raciais. Segundo Oliveira (2004, p. 91), para as crianças negras “dados mostram que a creche funcionava a partir de práticas educativas baseadas em toda um micro penalidade do corpo, baseando-se num todo social homogêneo”.

A dissertação de Mestrado intitulada: “Educação das relações étnico-raciais: aprendizagens e experiências de professoras em São Carlos-SP”, de autoria de Marisa Adriane Dulcini Demarzo, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos no ano 2009, elucida através de uma pesquisa qualitativa com inspiração na fenomenologia, às práticas educativas de algumas professoras que atuaram na área da Educação infantil no município de São Carlos em 2006, bem como, dilucida suas experiências em seus próprios processos de aprendizagem com vistas a educar as relações étnico-raciais. Para além, a pesquisadora concomitantemente analisa vinte relatórios, elaborados pelas Escolas de Educação Infantil, sobre as atividades desenvolvidas no espaço escolar embasadas no parecer, CNE/CP 003/2004.

A dissertação de Mestrado intitulada: “Educação infantil: análise da manifestação social do preconceito na atividade principal de jogos”, de autoria de Gustavo Martins Piccolo, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos no ano 2011, aborda em seu escopo de natureza qualitativa a partir de pressupostos materialista-históricos o modo como pré-escolares de 5 e 6 anos tomam para si “conceitos” preconceituosos durante a prática de sua atividade principal, nas brincadeiras e nos jogos protagonizados.

Segundo Piccolo (2011), os resultados obtidos através da perquirição efetuada apontam significativamente a desvalorização de uma multiplicidade de vetores elencados como “diferentes”, em relação ao conjunto de componentes estabelecidos como dominantes pela sociedade. A depreciação das diferenças fazendo o fenótipo negro parte do grupo excluído, parte-se materializa nitidamente na execução de determinadas atividades e, principalmente, sob a exclusão dos indivíduos das práticas sociais.

As crianças, ao se relacionarem em contextos sociais, culturais e materiais específicos, por diversas vezes, embasadas por pressupostos discriminatórios e, que promovem manifestações preconceituosas nas atividades principais, estão sendo limitadas, se apropriando de estratificações como verdades. Pois, a estrutura segregacionista engendrada no social empobrece e deturpa as intuições dos conhecimentos e práticas culturais desses alunos envolvidos no processo de educação escolar.

Os estudos de Piccolo (2011) ainda contribuem ao ver que a interiorização, é possibilitada por intermédio de um longo processo educacional, portanto, se criticamente mediada, consoante o autor, pode representar o palco de importantes desconstruções e transformações. Neste contexto, a intervenção docente em prol da transformação da estrutura estabelecida pelas atividades lúdicas na pré-escola, tem autonomia para contestar a construção do comportamento humano transmutado nas relações sociais preconceituosas e verticalizadas.

A dissertação de Mestrado intitulada: “Percepções de infância de crianças negras por professoras de Educação Infantil”, de autoria de Ellen de Lima Souza, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos no ano 2012, ocupa-se em captar com inspirações na Fenomenologia, quais percepções de infância de crianças negras as experiências formativas de professores de uma instituição de Educação Infantil vêm acolhendo ao longo da formação. Para a efetivação desse objetivo, em sua pesquisa a autora, valeu-se de algumas colaboradoras docentes que em seu labor já denotavam desenvolver práticas pedagógicas que compreendessem a diversidade étnico-racial.

A partir de experiências de formação, do exercício profissional e da vida cotidiana, certas dimensões sobre as percepções de infância de crianças negras foram desveladas, sendo de acordo com Souza (2012, p. 75 – 76), proporções

fracionáveis advindas de um: “[...] tempo um formador, formando-se na e para a educação infantil, vivências da própria infância, a infância negra — negação dúvida, criança negra ausente e criança branca presente, percepções e sentimentos racializados, negros marcos e marcas brancas.

A dissertação de Mestrado intitulada: “Educação das relações étnico-raciais: processos educativos decorrentes do brincar na educação infantil”, de autoria de Alessandra Guerra da Silva Oliveira, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos no ano 2015, evidencia que foram muitas as ações realizadas pelo Movimento Negro com o apoio de diferentes estudiosos que visavam conquistar a transformação das questões étnico-raciais para melhorar a realidade do povo em questão e reduzir o preconceito e a discriminação no ambiente escolar e, conseqüentemente, em toda a sociedade.

A referida autora aponta ainda que uma das conquistas desses movimentos foi a aprovação da Lei n° 10.639 (BRASIL, 2003), responsável pela alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), determinando assim a obrigatoriedade de se lecionar a “História e Cultura africana e afro-brasileira” em todo o processo educativo da educação básica para todas as instituições de ensino públicas e privadas do Brasil. Após isso, já no ano de 2008, com a promulgação da Lei n° 11.645 (BRASIL, 2008), essas mesmas orientações também passaram a valer para os povos indígenas (OLIVEIRA, 2015).

Os estudos de Oliveira (2015) ainda apontam que a homologação do Parecer CNE/CP 003/04 e da Resolução n.º 1, de 17 de junho de 2004, também são importantes conquistas do Movimento Negro no âmbito da educação, resultando assim na criação das Diretrizes Curriculares Nacionais focadas na educação das relações étnico-raciais, assim como no ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, tendo assim a intenção de disponibilizar diferentes referências e critérios com o objetivo de melhorar as determinações da Lei n° 10.639/03. As Diretrizes em questão evidenciam então que o ensino da “História e Cultura afro-brasileira e africana” deverá contar:

[...] articulação entre passado, presente e futuro no âmbito de experiências, construções e pensamentos produzidos em diferentes circunstâncias e realidades do povo negro. É um meio privilegiado para a educação das relações étnico-raciais e tem por objetivos o reconhecimento e valorização

da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, garantia de seus direitos de cidadãos, reconhecimento e igual valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas (BRASIL, 2004, p. 20).

A Tese de Doutorado de autoria de Edmacy Quirina de Souza, nomeada: “Crianças negras em escolas de “alma branca”: um estudo sobre a diferença étnico-racial na educação infantil”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos no ano 2016, analisa de modo sistêmico e investigativo uma pluralidade de discussões que vão além dos questionamentos sobre a existência e origem das diferenças étnico-raciais presentes em creches e pré-escolas, mas sim abordando em seu escopo questões a dialogar sobre o que ocorre de fato no campo da diferença racial nas instituições de ensino ou ainda as formas como a criança lida com a desigualdade entre as pessoas brancas e as pessoas negras. A autora propõe a argumentação embasada nos marcadores raciais, sendo estes neste estudo peças-chave na construção da subjetividade do sujeito infantil.

Para além, no caminhar da pesquisa se analisa os discursos produzidos nas creches e pré-escolas, veiculados pelas mais variadas linguagens, tendo como resultado evidente uma discriminação racial e um racismo à “la brasileiro” que varia entre formas explícitas e veladas de acontecer. Segundo Souza (2016. p. 219), “a alma (interior) da escola é branca, não por características positivas do branco, mas por negar a negritude em suas representações.”

A Tese de Doutorado de autoria de Ellen de Lima Souza, nomeada: “Experiências de infâncias com produções de culturas no Ilê Axé Omo Oxé Ibá Latam”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos no ano 2016, observa-se ainda que a sociedade sempre tem em vista tratar como algo preferível ser branco, refletindo também nas escolhas feitas pelas crianças, que buscam se espelhar e preferir os padrões brancos desde muito cedo, dificultando até mesmo o processo de ensino aprendizagem, deixando claro a existência de um racismo sistêmico já na infância. Para exemplificar essa realidade, a referida autora conduziu o seguinte teste:

[...] propusemos outros questionamentos às crianças, como estes: Qual figura de menino ou menina elas gostariam que fosse seu/sua amigo/a; com

qual gostariam de brincar; qual figura parecia ser rica, qual parecia ser pobre, qual parecia ser mais inteligente (sabido/a) e por quê?

A maioria das crianças preferiu brincar e ter como amigo os/as personagens brancos/as. Duas crianças (pardas) disseram que gostariam de ter como amigo a boneca negra. Uma criança (preta) disse que escolheria a boneca negra para ser sua amiga. Uma menina (preta) preferiu a “pretinha” para sua amiga. Um menino (pardo) disse que queria namorar a bonequinha branca. Uma criança (parda) declarou não gostar da boneca negra porque “ela é toda preta”. Um menino (pardo) falou que não gostaria de brincar com a bonequinha negra porque “está muito preta”. A maioria das crianças falou em ter amigos/as negros/as e que gostavam de brincar com eles. Um menino (preto) disse que gostaria de ter o boneco branco como amigo, enquanto uma criança (parda) gostaria de ter como amigo a boneca loira (SOUZA, 2016, p. 204).

Os estudos de Souza (2016) ainda contribuem dizendo que essa realidade pode ser alterada ao se discutir abertamente e clara com essas crianças em idade pré-escolar sobre esses problemas de discriminação, fomentando assim maior respeito e valorização da identidade étnico-racial. Durante o processo de análise da identidade étnico-racial, é fundamental ainda se atentar para não excluir a diferença, visando assim não segregar a criança, entretanto, sim, resultar na união e em um respeito mútuo, elevando a aceitação de todos sobre as suas características físicas, culturais, sociais, econômicas e dando maior importância para a diferença entre as pessoas.

A Tese de Doutorado de autoria de Lajara Janaína Lopes Corrêa, nomeada: “Um estudo sobre as relações étnico raciais na perspectiva das crianças pequenas”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos no ano 2017, o autor visa compreender como as crianças compreendem a identificação racial, analisando ainda as impressões das crianças sobre a sua cor/raça. O referido estudo proporciona o entendimento da forma com que ocorre a construção de identidades, considerando a experiência social de ser criança negra, evidenciando então que a categoria de raça ocorre progressivamente, diretamente embasada pela categoria social, isso com o passar dos anos escolares das crianças, influenciadas pelos diversos processos sociais de socialização que ocorrem nas instituições de ensino.

Analisando ainda os estudos do referido autor, observa-se que:

Para compreender como as crianças pensam o pertencimento racial realizamos diversas abordagens metodológicas: experimento com bonecas, observação participante, registro fotográfico, desenhos, entrevistas

individuais, rodas de conversas e tínhamos apenas uma questão objetiva sobre qual a percepção que as crianças têm sobre sua cor e/ou raça. No experimento com as bonecas foi possível constatar que as crianças fazem a distinção entre o belo e o feio e começam a aparecer algumas pistas sobre o pertencimento racial. Ou seja, quando há uma representação de “pessoa” como é o caso das bonecas a cor é vista como raça, ou seja, dizem que não gostam da cor negra, pois racializaram esta cor, ao ver no objeto boneca, uma pessoa. Isto não significa que a cor preta seja feia para as crianças (CORREA, 2017, p. 159).

Dessa forma, pouco a pouco, as crianças passam transformar a cor em raça, isso por meio de diferentes situações sociais, passando assim a entender o negro como feio, assim como ainda em diferentes brincadeiras em que as posições e hierarquias sociais são brincadas, entretanto, jamais se deve afirmar que desde o início as crianças entendem que a cor é algo que as definem, isso elas compreendem no decorrer do processo de escolarização e também na vida social (CORREA, 2017).

A Tese de Doutorado de autoria de Aline de Souza Denzin, nomeada: “Educação das relações étnico-raciais: processos educativos decorrentes de uma intervenção com africanidades”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos no ano 2018, apresenta uma extensa discussão dos possíveis processos educativos que surgem a partir da realização de uma intervenção com Africanidades, para a educação das relações étnico-raciais na parceria dos Projetos “Vivências em Atividades Diversificadas de Lazer e Mais Que Futebol”. A pesquisa consiste em ser uma investigação de abordagem qualitativa, com inspiração fenomenológica. A autora entende que a realização de um trabalho de intervenção focado na educação das relações étnico-raciais se apresenta como uma ferramenta para combater o racismo e as discriminações, proporcionando assim importantes diálogos e sugerindo atividades com a intenção de dar maior valor para a cultura africana e afro-brasileira, colocando em destaque a participação de negros no desenvolvimento e evolução do Brasil.

A referida autora ainda contribui dizendo que:

Neste estudo, trabalhamos com a intervenção no sentido de desconstruir imagens negativas e equivocadas, construindo outras possibilidades de ser e estar ao mundo com outrem, buscando outras maneiras de enxergar os acontecimentos, as práticas, as pessoas. Esse processo de desconstruir/construir, como via de mão dupla, está implicado na educação das relações étnico-raciais, pois implica a abertura para conhecer,

reconhecendo de maneira respeitosa, conhecendo a história para poder conhecer nossa própria humanidade, aproximando-nos de outrem. Consideramos que, por meio destas práticas é possível alcançar uma das finalidades que estão presentes com a realização de uma pesquisa, que é descobrir o que estava encoberto. Por muito tempo foi encoberta a existência e relevância dos povos e culturas negros/as, mas as ações voltadas para a desconstrução das visões eurocentradas tem alcançado importantes avanços na educação das relações étnico-raciais (DENZIN, 2018, p. 171).

A dissertação de Mestrado intitulada: “A Educação das Relações étnicorraciais na creche: traçando como mechas da legislação federal, formação e práticas das professoras.”, de autoria de Elizabeth Conceição Alves, publicado em 2018, versa sobretudo a respeito de quais os desafios que as professoras no segmento da creche enfrentam no trato de questões raciais. Concomitante, também questiona a formação continuada desses profissionais em relação à temática central da dissertação que infere sobre suas práticas pedagógicas.

A referida autora, elucida as percepções construídas pelos docentes a partir das implicações e desdobramentos dos cursos efetuados em caráter formativo, que tratam explicitamente em seu conteúdo as relações étnico-raciais. As adversidades e problemáticas encontradas no espaço institucionalizado da creche pelos profissionais educadores referentes ao trato das questões raciais localizam-se consoante a Alves (2018. Pg. 117), nas “faltas”, sendo elas: “na falta de materiais, falta de formação no Trabalho Docente Coletivo (TDC), na efetividade da prática pedagógica após o curso.”

A seguir, trataremos mais detidamente de algumas das evidências, produto das análises.

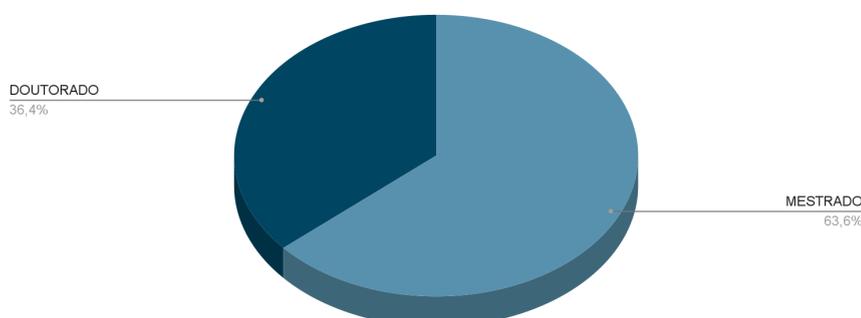
## 2 APURAÇÃO DE DADOS

Se inicia agora uma breve análise do material recolhido para estudo neste texto. Todas as pesquisas analisadas sinalizam situações de racismo na Educação Infantil. Bem como, reportaram em algum momento a importância de legislações como as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

Os dados sobre a distribuição de teses e dissertações apresentadas ao Programa de Pós—Graduação demonstram que no período analisado de 2004 a 2018, apenas 36,4% das produções acadêmicas na área referem-se a doutorados, enquanto, superior a 63% correspondem às dissertações de mestrado, indicando a predominância desta última. O gráfico abaixo apresenta estas informações.

Gráfico 1 - Distribuição de teses e dissertações apresentadas ao programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, Brasil, 2022.

DISTRIBUIÇÃO DAS TESES E DISSERTAÇÕES APRESENTADAS AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

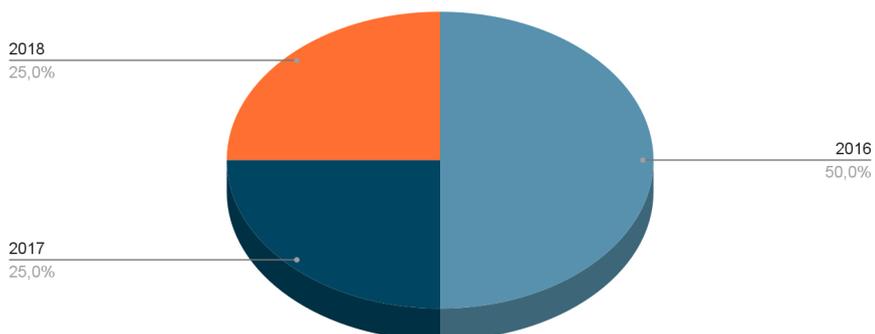


Fonte: Produzido pela autora consoante a base de dados: programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos.

A distribuição temporal das produções acadêmicas revela que se tratando de teses o período de maior destaque situa-se em 2016, que conta com 50% dos trabalhos elaborados. Enquanto, as dissertações de mestrados no que lhe concernem não possuem uma época de maior produção. Observa-se:

Gráfico 2 - Teses de Doutorados apresentadas ao programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, Brasil, 2022.

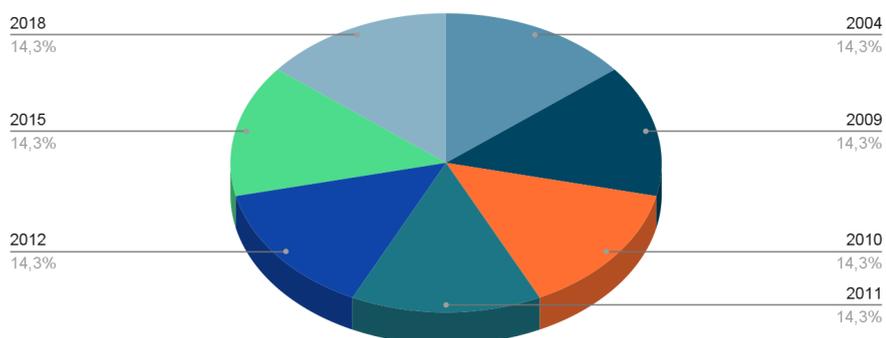
TESES DE DOUTORADOS APRESENTADAS AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL



Fonte: Produzido pela autora consoante a base de dados: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos.

Gráfico 3 - Dissertações de Mestrados apresentadas ao programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, Brasil, 2022.

DISSERTAÇÕES DE MESTRADOS APRESENTADAS AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA



Fonte: Produzido pela autora consoante a base de dados: programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos.

Os dados sobre a distribuição de teses e dissertações por períodos de defesa, indicam que o início das produções após 2003 se relacionam possivelmente a algumas das políticas nacionais, voltadas à população negra.

A promulgação da Lei de n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, está sendo um marco nas relações étnico-raciais e, que alteraram a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ao incluir o artigo 26-A na LDB. Reflexo das lutas dos negros no Brasil, institui nas diretrizes e no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática: “História e Cultura afro-brasileira”, resgatando a contribuição do povo negro nos mais variados aspectos da vida cotidiana.

Além disso, a Lei incluiu também o artigo 79-B, que permeou a introdução do dia 20 de novembro<sup>1</sup> no calendário comemorativo escolar.

Os avanços no debate sobre as relações étnico-raciais na esfera pública culminaram ademais na publicação do Parecer CNE/CP n.º 3, de 10 de março de 2004, que regulamentou a Lei 10.639/03 instituindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana. O parecer sugere e orienta ações para as escolas, assim como, seu corpo de profissionais de como mediar no cotidiano práticas que se aliem à Lei anteriormente decretada.

Em consonância em todas as instâncias governamentais em prol de ações afirmativas aos grupos minoritários e historicamente desfavorecidos, uma nova alteração na LDB no ano de 2008, foi conquistada agora com a aprovação da Lei 11.645/08, que torna obrigatório o estudo sobre história e cultura das populações indígenas. Essas medidas legais propõem novas formas para pensar conteúdos escolares e relações raciais no interior da escola. Por fim, mas não menos importante, foi instituído no dia 20 de julho de 2010 o Estatuto da Igualdade Racial.

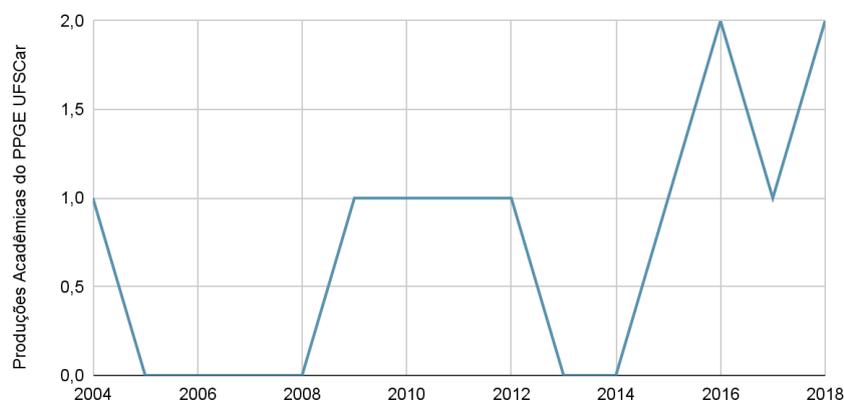
Durante o levantamento dos dados, nota-se que a partir do volume encontrado observamos uma exiguidade de estudos sobre as relações étnico-raciais com foco em crianças pequenas, pertencentes à escolarização na educação infantil. Para melhor visualizar vejamos:

---

<sup>1</sup> Dia da Consciência Negra.

Gráfico 4 - Período temporal de Apresentação das Teses e Dissertações, Brasil, 2022.

## PERÍODO TEMPORAL DE APRESENTAÇÃO DAS TESES E DISSERTAÇÕES.



Fonte: Produzido pela autora consoante a base de dados: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos.

Apesar da tímida produção, os escassos trabalhos, apontam questões relevantes e confirmam que a discriminação étnico-racial surge desde a tenra idade. Outras pesquisas não foram incluídas nesta revisão bibliográfica, pois versam sobre crianças maiores. Compreendemos que ampliaram a discussão em uma diversidade de temas e profundidade, igualmente importantes, mas que trazem especificidades para outros estudos.

O pequeno título de exemplo, temos: A dissertação de Mestrado intitulada: “Cultura negra na sala de aula: pode um cantinho de africanidades elevar a autoestima de crianças negras e melhorar o relacionamento entre crianças negras e brancas?”, de autoria de Valéria Aparecida Algarve, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos no ano 2004, que expõem rica discussão sobre as concepções de crianças brancas e negras frente aos negros e sua cultura.

Assim como a dissertação de Mestrado intitulada: “Comunidades de aprendizagem: contribuições da perspectiva dialógica para a construção positiva das identidades das crianças negras na escola”, de autoria de Francisca de Lima Constantino, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos no ano 2010.

### 3 CONCEPÇÕES ENCONTRADAS NAS PESQUISAS

Esse capítulo está fragmentado em quatro momentos de reflexão que irão representar alguns dos principais conceitos presentes nas pesquisas analisadas, estando estes inevitavelmente alinhados aos pressupostos que amparam o trabalho aqui traçado.

Nessa lógica, dividiu-se o estudo nos seguintes tópicos: o primeiro corresponde à construção de identidade da criança negra; o segundo reflete sobre raça; enquanto o terceiro sobre racismo no recorte de idade escolhido, 0 a 6 anos; por fim, o terceiro debruça-se sobre as relações étnico-raciais na educação infantil.

#### 3.1 IDENTIDADE

“A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais.” (GOMES, 2005, Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão.)

A identidade, conceito chave para este estudo e ponto extensamente citado nas pesquisas estudadas, pauta-se na compreensão que sua construção surge desde o nascimento humano, influenciado pela coletividade e estruturas de poder permeadas por relações sociais verticalizadas e assimétricas. Contemplamos os indivíduos como sendo societários, coletivos e históricos, cujo processo formativo da identidade, provém de um complexo sistema de relações sociais que promovem sua apropriação e construção de sentido dos fenômenos sociais e culturais, por meio de mediadores nas composições relacionais entre os pares.

A criança pequena, se humaniza e se individualiza a partir da coletividade, esta que submerge em inter-relações, em que alterna os indivíduos entre geradores ou receptores de poderio nas relações interpessoais, variando conforme a ótica do poder social e político difundido. A edificação da identidade da criança negra pequena, sendo ela qualificada como os traços, as características que especificam o indivíduo, surgem, “[...] a partir das interações com as pessoas, das experiências que são vividas, regras e valores, além disso, como algo mutável, ou seja, as identidades não são fixas.” (ALVES. 2018. p. 66)

Pensar a identidade neste processo que se refere a vida humana e com ela suas relações, envolve considerar a existência de uma pluralidade que contempla e forma os sujeitos, somos constituídos de múltiplas identidades, sendo, algumas delas como a identidade negra, que ocupa um local às margens sociais permanecendo negadas ou não reconhecidas.

O sistema produzido pelas sociedades, estando estes historicamente situados nos contextos sociais racistas, carregam consigo conjuntos de generalizações e dogmas que rotulam, estando atualmente submetidos a um corpo social estratificado por classes hierárquicas, raças e visões opressivas que depreciam a estética negra a atribuindo um autodesvalor, e é neste universo que as crianças pequenas vêm construindo suas inúmeras identidades. De acordo com Azevêdo (1987):

A crença no desvalor de si próprio minou o espírito do negro. As sementes das projeções valorativas do branco foram ganhando prestígio na consciência do negro, em detrimento das projeções de seu próprio valor [...] os reflexos dessa introjeção traduzem-se em várias atitudes do negro, conscientes ou não. (AZEVEDO, 1987, p. 48).

Ao interagir com seus pares, o indivíduo infantil encontra diversos mecanismos organizacionais e representações que reforçam estereótipos raciais marginalizados que proporcionam diversas experiências negativas na constituição do ser negro, pois se desconsideram as contribuições africanas, na cultura, na herança, identidade e ancestralidade.

De acordo com Souza (2016. p. 67) em sua obra; “a identidade dominante tornou-se referência para a construção de outras identidades julgadas subordinadas.” A brancura, ao inserir-se na construção da identidade, e estar exclusivamente associada à superioridade, promove nos espaços sociais inúmeras tentativas que discriminam, pessoas não brancas buscam identificar-se com as brancas através de uma forte negação identitária negra, já que esta liga-se a condições de inferioridade social. É nesta dinâmica que a criança negra constrói os processos subjetivos da identidade e sua relação com seu corpo e seus traços fenotípicos.

### 3.1.1 Identidade e Foucault

Para alicerçar a construção das identidades negras e não-negras utilizamos do caminho percorrido pelas análises a partir da ótica de Michel Foucault, em que a complexificação dos mecanismos de poder se interpõe a identidade constituída pelos indivíduos no interior das relações de poder através do contexto histórico, político, social e cultural.

Conceito de importância basilar para este trabalho acadêmico, a partir da formação dos Estados a articulação e soberania no poder desencadeiam no social a docilização dos corpos e controle permanente sobre diversos aspectos da existência de um indivíduo, incluindo a formação de sua identidade, já que o controle se estende, seja sob aquilo que os seres podem fazer, do que estão na iminência de fazer ou já concretizaram (OLIVEIRA, 2004).

De acordo com Oliveira (2016. p. 72), ao referir-se sobre os estudos de Hall baseados em Foucault, “Toda identidade é fundada sobre uma exclusão e, nesse sentido, é “um efeito do poder” e que “cada identidade, portanto, é radicalmente insuficiente em termo de seus “outros”.

O controle dos seres em um contexto complexo e multifacetado ocasiona o aprisionamento à realidade circundante e cotidiana, ele é gerido e fiscalizado por uma série de poderes laterais, sejam eles, as instituições de segurança, saúde ou educacionais. Mediante a gestão dos indivíduos ao longo de sua existência, técnicas disciplinares e segregacionistas são aplicadas, contribuindo para a interiorização de aquisições deturpadas e desumanizantes que reforçam e legitimam uma identidade dominante em detrimento das supostas subordinadas.

Os atores sociais submersos nos contextos hegemônicos, ao se deparar com os discursos e controles expressos, refletem em sua identificação e autoimagem, valores repletos de discriminação racial e preconceito, que visam a eliminação e rotulação pejorativa da diferença. Como resultado deste movimento impossibilita-se construir uma identidade negra positiva e ainda nas crianças brancas constrói-se um sentimento de superioridade, já que estas usufruem de um ethos privilegiado.

Os métodos coercitivos e punitivos estão discretamente regendo as relações construídas com e no mundo, vivemos submetidos a valores que regidos por

“dispositivos sociais” para o exercício do poder, vigiam e punem. E é nesse contexto que se constroem os negros/as brasileiros/as.

A intervenção dominante sobre a própria realidade e vigilância efetivamente ocorre por meio, a título de exemplo: da organização do espaço, o controle do tempo e a filosofia do controle pelo olhar. Sendo este último, segundo Foucault (2004, p.218): “[...] um olhar que vigia e que cada um, sentindo-o pesar sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo; sendo assim, cada um exercerá essa vigilância sobre e contra si mesmo.”

O espaço físico escolar ao ser meio reproduzidor de estereótipos subalternizados e inferiorizados, discriminações e de preconceitos do imaginário coletivo, não apresentando afiguras que respeitem e valorizem as identidades das crianças negras e o seu pertencimento étnico-racial, prejudicam visualizações positivas que fortaleçam a autoestima das crianças.

### **3.2 RAÇA**

As relações raciais na sociedade brasileira tal como estão construídas inviabilizam convivências harmônicas entre os diferentes povos que a constituem, objeto de estudo das pesquisas, nota que se pautam em contradições e ressignificações dialéticas da vida humana, abrangendo no processo do sujeito sua construção subjetiva, seu desenvolvimento e aprendizagem. Os conceitos de raça são constructos históricos, presentes em inúmeros conflitos existentes e, que geram nacionalmente determinada cultura, esta que modifica o ser humano a partir de suas interações com ela e, em simultâneo, por ele é modificada desde a infância.

O termo raça tem seu conceito edificado sócio historicamente de acordo com as premissas dominantes em destaque, perpassando por várias modificações ao longo dos anos. A perspectiva biologizante, baseada nas classificações pensadas inicialmente pelas áreas da Zoologia e Botânica, empregaram o conceito de raça no século XIX, o período do essencialismo das doutrinas biológicas, sendo este, dos constructos mais desmistificado nas pesquisas, apontado como equívoco científico usado para legitimar as relações de dominação e de sujeição entre povos. Segundo Souza (2016. p. 63), a título de exemplo, este termo foi cunhado como meio de “classificar e hierarquizar os povos colonizados como geneticamente inferiores.” o

que cria estereótipos e estigmas que marginalizam incalculáveis crianças e adultos justificando sua sujeição.

O conceito de raça versa no cenário brasileiro e, conseqüentemente na construção subjetiva das crianças, ao integrar a forma como esses indivíduos interagem com o mundo, sob uma construção reiterando, essencialmente política e social, que estabelece classificações de base biológica entre os próprios seres humanos, com sustentação nos diferentes fenótipos. Importante ter ciência do envolvimento das relações de poder neste constructo e os efeitos do racismo científico, advindos dos discursos de escopo biológico.

Destinamos ênfase especial para a classificação de “cor”, que fornecem suporte ao conceito de raça e, que ao se polarizar adjetivando os indivíduos como bons (branco/a), e como maus (negro/a), retratam discursos e teorizações carregados de pressupostos que legitimam hierarquias, criando relações de poder e situações de racismo.

A ação de racializar o outro, inferiorizando, gera o aprisionamento ou castigo dos corpos que automaticamente tornam-se mercadorias a serem exploradas, geração após geração. Ao pautar-se na crença que determinados povos, em detrimento da raça, não possuem discernimento próprio para progredirem sozinhos, categorizados como subumanos, impregna-se de crueldade o respeito aquela pessoa humana, retirando no caminho sua dignidade, igualdade e humanidade. Assim, a crença no desvalor do outro em tese justifica medidas hediondas tomadas para com aquele determinado grupo.

Esta cicatriz da sociedade brasileira, atrelada ao meio cultural transmitido nos processos de aprendizagem por meio de internalização de significados e sentidos, não são vislumbradas com todo o horror que contém de fato, pois, naturalizam-se as relações verticais que desta dinâmica derivam. Para além deste quadro, na construção subjetiva do sujeito se interpõem também o mito da democracia racial, que prega a harmonia em solo miscigenado, desconsiderando as tensas relações estabelecidas e situações racistas recorrentes.

Os discursos políticos sobre a raça ganham novos contornos, atualmente redimensionado pelo movimento negro, com aportes e afins de campos teóricos, segundo Munanga e Gomes (2016) os grupos:

[...] rejeitam a ideia de que existam raças superiores e inferiores. Os grupos políticos lançam mão do conceito, dando-lhe um outro significado, relacionado ao reconhecimento da diferença entre grupos humanos, sem atribuir qualidades positivas ou negativas, ao reconhecimento da condição, das origens ancestrais e identidades próprias de cada um deles. Esse uso tem um sentido social e político, que diz respeito à história da população negra no Brasil e à complexa relação entre raça, racismo, preconceito e discriminação racial (MUNANGA; GOMES, 2016, p.175).

Os movimentos suscitados pelos negros e estudiosos, vem aderindo ao termo “etnia”, que amplia sua abrangência sobre a diversidade cultural humana e constrói-se “[...] para designar os grupos humanos como um fenômeno histórico e cultural e não em categorias de pessoas biologicamente determinadas exibindo traços hereditários comuns em termos morais e intelectuais.” (OLIVEIRA, 2004, p. 55).

### **3.3 RACISMO**

As expressões do racismo na sociedade brasileira, são reflexos diretos e estruturais dos pensamentos absorvidos dos conflitos e antagonismos que vigoravam durante os séculos passados, em que conceitos para manter a hegemonia do grupo no poder, como o termo raça, influenciam os seres humanos ao se constituírem no e pelo meio.

Processos de inferiorização das experiências e imagética do outro, levaram os indivíduos a aderirem organizações políticas e sociais que se desdobraram para naturalizar as relações de poder, como as coloniais, justificando relações de dominação entre sujeitos de grupos “diferentes”.

O fenômeno do racismo participa ativamente da cultura e relações de dominação historicamente constituídas, tecnologia de poder, influencia as relações institucionais, econômicas, culturais e políticas. O racismo, conceito presente nas pesquisas, é prática que discrimina e inferioriza sistematicamente pessoas de determinados grupos, ao se valerem inicialmente de construções que fomentaram como substrato social crenças e práticas, pautadas na diferença. Segundo Denzin (2018):

[...] o racismo atua na crença do poder, da autoridade, no controle de um grupo que quer estar e se vê como superior aos demais. São esses grupos que, utilizando critérios de seu interesse, definem quais características

devem ser valorizadas como superiores e classificam suas próprias características como as melhores, desprestigiam como piores ou inferiores as características de outros grupos. (DENZIN, 2018, p.61),

Os preceitos racistas resistem ao tempo e, aos progressos e retrocessos que com ele vem, reformulados a partir de novos conceitos e tempos históricos que surgem, persistem por meio dos signos e instrumentos desenvolvidos no meio cultural que constituem os seres, estando presente nas relações sociais e interpessoais estruturalmente.

As problemáticas que surgem das relações de poder entre a pessoa negra e a pessoa branca, tendo como produto o racismo reproduzido socialmente, são reduzidos por vezes às questões de ordem econômico-social e cultural, sobrepondo-se aos recortes de raça, que vão para além, a título de exemplo, de classe e gênero. Mas, que peculiarmente ainda marginalizam e discriminam muitos/as brasileiros/as.

As facetas do racismo são sutis, acobertadas e perversamente minimizadas diariamente se camuflando peculiarmente no social, admitidas como naturais, desconsideram as construções históricas raciais em solo brasileiro e o racismo estrutural aqui presente. Em relação aos discursos veiculados de que não há racismo, o discurso de democracia racial impera socialmente, advindo de uma herança cultural que prega a convivência inter-racial pacífica, aliada a dizeres como: “somos todos iguais, humanos”. Coopera extensamente para a relativização e silenciamento das violências de teor racial.

Dentre as invenções ideológicas que ancoraram as construções do racismo, encontramos os rótulos, padrões distorcidos por uma atmosfera de superioridade racial, que determinaram o estereótipo de humano bom e belo, reafirmando o modelo o indivíduo branco como as características físicas ideais, consolidando desigualdades, entre negros e não negros. Submetidos a uma política de branqueamento, de acordo com Algarve (2004, p.10), o indivíduo superior corresponde ao: “[...] homem, branco, jovem, saudável e bem-sucedido; é ainda, o que se denomina cristão, rico e sem deficiência aparente.”

Ao ser implantado o complexo de inferioridade racial entre os negros perante uma supremacia branca, a prática racista tornou-se intrínseca na dinâmica social, além de mais abrangente e diversificada. O racismo estrutural infiltra-se na

educação infantil, perpassando todo o ambiente escolar, fomentando sua própria dinâmica no interior da escola através das interações sociais estabelecidas com o meio, perpetuando para as crianças pequenas um ciclo de exclusão e desigualdade, destruindo a sua formação física e psicológica.

O racismo na infância, apresentou-se nas pesquisas a partir de atitudes discriminatórias com foco nas marcas identitárias negras, prejudicando a autoestima da criança não-branca, sua identificação racial, formação da identidade, relações interpessoais e construção da personalidade. Segundo Oliveira (2015, p.41), ainda: “[...] aparece nas relações afetivas e corporais entre adultos e crianças, e nas brincadeiras espontâneas destas.”

A estrutura social discriminatória e hierárquica ao perpetuar-se pelo ensino através de uma grande desvalorização das contribuições e participações do negro na esfera cotidiana, desqualificando os negros em sua estética, cultura e origem, se aflora de diversos modos, em sua pesquisa Souza (2016, p.54), aponta resquícios racistas presentes na: “[...] ornamentação do espaço, a escolha das imagens que compõem as salas, os corredores e as portas.”

Os rituais pedagógicos promovidos pelos educadores com crianças pequenas denotam ter presente discurso e estratégias de poder eugênicas, que reafirmam a autoconstituição da raça branca como superior. O espaço escolar converte-se em local reprodutor velado de discursos racistas.

### **3.4 RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

As relações étnico-raciais na educação Infantil, com ênfase em crianças menores de 6 anos, ficaram à margem dos escopos acadêmicos com escassos trabalhos que cruzam a área. No entanto, os poucos que se apresentaram vislumbrando o universo da Educação Infantil, demonstraram compromisso social, político e acadêmico, fomentando discursos e ações sociais em busca de uma educação mais equânime e antirracista, já que está condicionada às lógicas racistas que permeiam as estruturas sociais racializadas e hierarquizadas é terreno fértil para propagar ideias e comportamentos que reafirmam discursos excludentes e de privilégios.

Percebemos a partir das pesquisas selecionadas, a formação de estratégias e reivindicações combativas, bem como, de reflexões sobre a origem das tensões racistas que se perpetuam histórica e socialmente e, que suscitam abismais desvantagens educacionais para com a população negra, que enfrenta cotidianamente diversos ônus e exclusões no ensino. As escolas infantis, não escapam da dialética excludente, pelo contrário, elas operam de forma a construir sua própria logicidade de modelo hegemônico que afeta os(as) alunos(as) negros(as) ao confirmar mentalidades etnocêntricas.

Nesta trajetória, o contexto da escola é sempre amparado por discursos e relações de poder, incapaz de produzir saberes neutros, fomentando, portanto, ao racializar o outro, experiências divergentes com base nas diferenças étnico-raciais da criança. Estes “novos membros” inseridos no social, são presenteados com um mundo que possui um *modus-operandi* “correto”, definido, por atitudes, opiniões e valores que dificultam a formação positiva da identidade negra, dada a interiorização de sentimentos negativos em relação ao pertencimento.

As mediações educacionais, mostram-se construídas monoculturalmente, difundindo veladamente um sentimento de superioridade autoatribuído aos brancos, enquanto os demais ficam relegados naturalmente à inferioridade, interferindo negativamente na autoestima e no rendimento escolar dessas crianças. Pois, a narrativa internalizada desses grupos étnico-raciais são visualizados historicamente como irrelevantes e inferiores.

As interações no espaço escolar são marcadas por lógicas que fabricam sujeitos mais dóceis e produtivos, controlando no processo para tal resultado o espaço, o tempo e os saberes disseminados. A escola ensina, vigia e hierarquiza, proporcionando para as infâncias de acordo com Souza (2016, p. 52): “espaços disciplinadores que foram criados para produzir saber-poder.”

Ao considerar o amplo espectro racial que se faz presente socialmente, e inclui desde a mais precípua socialização da criança, impulsionando seu desenvolvimento ao entrelaçar-se às práticas culturais e educativas, encontramos estereótipos imagéticos nocivos envoltos dos afrodescendentes, propagados nos discursos produzidos ou silenciados, bem como, nos materiais didáticos e representações (painéis, gravuras, desenhos) presentes no ambiente escolar.

Observa-se ainda que o processo de construção de uma identidade negra no Brasil e, conseqüentemente na educação mediada, trata-se de uma ação de grande complexidade, isso porque nossa sociedade foi significativamente marcada pelo racismo e por atos discriminatórios. No decorrer de toda a história, cabe ressaltar ainda que as pessoas negras acabaram sendo colocadas, em âmbito social, como indivíduos inferiores, menosprezando sua inteligência e capacidade, assim como são considerados indivíduos de menor beleza por muitos. A cor negra habitualmente ainda é associada com a escravidão e até mesmo com a marginalidade (OLIVEIRA, 2015).

O despreparo dos profissionais ao lidarem com questões étnico-raciais é evidente, as poucas práticas educativas são pontuais (relegados ao dia “Do” - negro, índio, etc.) e desprovidas de verdadeira intencionalidade, o que apenas alimenta a manutenção do preconceito e continuidade da exclusão dos sujeitos negros. Diante do exposto, abordar questões multiétnicas e pluriculturais no cenário educativo, novamente mostra-se ser uma tarefa exaustiva e comprometida, efetua-se necessário não ignorar as tensas relações étnico-raciais que permeiam as inter-relações diariamente, reconhecendo no processo a existência do racismo. Este, que visando a discriminação de pessoas negras, acaba proporcionando atos de desvalorização da cultura de matriz africana, assim como, inferioriza suas características físicas, a qual é uma herança de seus descendentes africanos.

Educar com vistas às relações étnico-raciais é prática social que exige fomentar processos educativos humanizantes, respeitadores das diversidades étnicas que compõem o espaço escolar. Dialogar com crianças sobre cor e raça em um país racializado como o Brasil, exige compreender sobre o pertencimento racial, por conseguinte, é necessário impor perspectivas de valorização, romper o silenciamento do preconceito no meio escolar, assim como, promover iniciativas e intervenções pedagógicas atentas às relações discriminatórias.

As intervenções devem estar focadas em elevar o entendimento sobre as relações étnico-raciais, visando combater atos racistas e discriminatórios por meio da ampliação do diálogo, colocado em prática através de atividades que visam dar maior importância e valor para a cultura africana e afro-brasileira, como ainda dar maior destaque para a participação de negros/as na construção do Brasil.

A formação dos profissionais da educação são de suma importância, para que os mesmos estejam preparados para a diversidade que compõem o espaço escolar. No campo da formação dos educadores existe uma importância fundamental da inclusão de determinados componentes nas licenciaturas e formações continuadas. Esta formação, assim como apontado pelos estudos de Souza (2012), abrangem até mesmo a sensibilização dos professores, um dos elementos de grande relevância para seu próprio processo de formação, fazendo com que eles tenham maior capacidade de compreender as percepções de infância das crianças, podendo assim maximizar o ensino e aprendizagem, diminuindo as diferenças raciais entre as crianças através das mediações efetuadas.

A referida autora ainda contribui com o assunto dizendo que ao se sensibilizar os profissionais da área docente, é possível fazer com que eles percebam adequadamente a existência do racismo nas ações rotineiras de seu trabalho, sendo fundamental então que esses profissionais adquiram o conhecimento necessário sobre as filosofias de matriz africana (arte, corporeidade, oralidade, etc.), visando assim maximizar o processo de ensino aplicado em sala, proporcionando uma educação justa e equânime, que vem beneficiando a identificação dos alunos com suas raízes (SOUZA, 2012).

Os estudos de Alves (2018), apontam que existem algumas dificuldades para os professores trabalharem adequadamente a questão racial durante seu processo de ensino, dificuldades tais como a falta de materiais, inadequada capacitação dos profissionais da área docente, assim como, problemas de efetividade das práticas pedagógicas aplicadas.

Dentre as observações trazidas pela referida autora, observa-se que a falta de material é um problema importante e que deve ser solucionado, aponta-se que diversas instituições de ensino até contam com algum material, entretanto, não com a quantidade necessária, isto é, as matérias sobre a cultura africana ainda não são adquiridos em quantidades adequadas quando comparados com os demais materiais (ALVES, 2018). Até mesmo, quando se trata da realidade das instituições de ensino da periferia, em que é possível notar uma maioria de crianças negras, não são realizados investimentos que possam facilitar o processo de identificação dessas crianças, sendo um dos pontos mais importantes para o processo de ensino (ALVES, 2018).

Durante o processo de ensino e aprendizagem das crianças, visando uma educação antirracista nota-se ser fundamental fazer com que elas reconheçam suas raízes, algumas pesquisas refletem sobre projeções que possibilitem esse reconhecimento, através das relações estabelecidas com as demais crianças e todos a sua volta, dando maior valor para as práticas sociais as quais elas fazem parte, bem como, as marcas da ancestralidade, corporalidade e oralidade (OLIVEIRA, 2015).

Intervenções através do brincar, são ponto-chave para trabalhar questões étnicas com crianças menores de 06 anos, a ação que Oliveira (2015) criou através de seu estudo embasado e focado na educação das relações étnico-raciais, possibilitou que as crianças vivenciassem experiências através de diálogos enriquecedores sobre o assunto, maximizando assim a interação, em que os alunos se sentiam mais livres para falar e se expressar, sempre através de risos, gestos e olhares, situação em que até mesmo calados se comunicavam, pois se distanciaram livremente, demonstrando que não queriam participar das atividades propostas (OLIVEIRA, 2015).

Os processos de intervenção aplicados por Oliveira (2015), resultaram em uma construção educativa de grande relevância, diretamente associados com uma elevação da interação e do diálogo entre todos os estudantes, isto é, entre as crianças negras e não negras. A autora ainda observou uma elevação da autoestima positiva dessas crianças, especialmente das negras, que passando a ter uma visão diferente e mais orgulho de seus cabelos e corpos, se soltando mais na relação, dançando ao som do berimbau ou do batuque do tambor.

No que diz respeito aos momentos de contos de histórias, ao trazer para o universo infantil representações negras positivas, observou-se ainda que as crianças puderam se identificar com os personagens negros(as), elevando o interesse dos alunos nas aulas e na cultura africana (OLIVEIRA, 2015).

Os estudos de Denzin (2018), propõem um projeto de lazer capaz de proporcionar melhor exploração da amplitude dos espaços educativos, que beneficia a convivência entre diferentes pessoas, tornando o objetivo mais próximo de ser alcançado, o de acabar com o racismo. O referido estudo, realizando a partilha de experiências que valorizam as diferentes culturas, etnias e formas de agir que fazem parte da realidade do nosso país, torna possível que novas maneiras de ser e

conviver no mundo sejam construídas, reconstruídas e repensadas. Dessa forma, através de ações como essa, que maximizam o convívio entre as pessoas, resulta em um ambiente em que as visões de mundo diversas possam ser adequadamente socializadas, desmistificando as impressões de determinado grupo sobre outro, podendo assim acabar com o racismo (DENZIN, 2018).

Práticas capazes de vislumbrar o enredo cultural e as representações dominantes que desvalorizam características negras, como as propostas por Denzin (2018) e Oliveira (2015), em seus respectivos estudos, são de suma importância, com potencial emancipatório no que diz respeito à educação das relações étnico-raciais, principalmente por se utilizarem de atividades diversificadas com as crianças, objetivando que elas possam refletir a realidade sob diversos prismas. As intervenções mediadas positivamente no espaço escolar com vista educar para as relações étnico-raciais, firmam compromisso social com as crianças e com a luta do combate ao racismo e às discriminações, pois, permitem às crianças se relacionarem e desenvolverem uma gama de novas potencialidades, reconhecendo no caminho alteridade.

Por fim, a construção de uma educação justa, equânime e igualitária é um moroso processo educacional, que se submete a contestação de relações sociais preconceituosas e verticalizadas, propagadas dialética e historicamente, entre as crianças. Para educar as relações étnico-raciais no Brasil, é preciso superar o discurso de colonialidade presente na realidade brasileira, deve-se passar a questionar discursos e práticas discriminatórios presentes na teia de poder que se entrelaça socialmente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão realizada na presente pesquisa, parte de pressupostos sócio-históricos, com ênfase naqueles inspirados pela Psicologia Histórico-Cultural, ao considerar o desenvolvimento e aprendizagem infantil produto das mediações efetuadas com o meio social e cultural, assim como, estuda o desenvolvimento da prática social do Poder sob a lente foucaultiana. Dessarte, o estudo debruçou-se nas informações trazidas pelos acadêmicos, buscando no processo efetuar o compilado apresentado dialogante, ressaltando as contribuições e questionamentos arrazoados pelos pesquisadores selecionados e, que diligentemente debruçaram-se em seu labor sobre crianças pequenas e as relações étnico-raciais.

Pesquisas como as aqui apresentadas, devem ser aprofundadas e utilizadas em diferentes contextos, pois podem trazer importantes contribuições no sentido de legitimar e promover práticas educativas que combatam à discriminação racial. Pois, existe calcado socialmente uma forte tendência de divulgar as histórias que constituem os indivíduos a partir de um único ponto de vista, estando estas submetidas a interesses e visões de mundo acríticos e excludentes. Apenas as concepções, do qual fazem parte preceitos dominantes, permitem reorganizar os contextos e perpetuar-se nas páginas dos livros escritos, estando estes banhados de ideologias preconceituosas e segregacionistas e, que buscam justificar ações de dominação e barbárie.

Enquanto resultado, nota-se que permanece na memória da sociedade transfigurando-se em legítimas e válidas falácias com protótipos de raças, assentando no processo, sociedades divididas em classes antagônicas, que marginalizam o diferente do modelo ideal.

Os diferentes grupos étnicos raciais são alvos de posturas de intolerância, discriminação e racismo por afastar-se das referências que são introjetadas nos seres humanos, estes parâmetros distorcidos apresentados normativamente durante as socializações proporcionam atritos e atrasos sociais. A sociedade, ao estar alicerçada a esquematizações de significações materiais e simbólicas unicamente para manutenção de um status quo hegemônico, cuja funcionalidade reside na exclusão, promove retrocessos sociais que refletem basilarmente descaso e omissão, e uma propagação acrítica de discursos racistas que em consonância

deslegitimam a causa negra e concomitantemente legitimam a violência para com a população negra e, com ela suas crianças.

Paradoxalmente ao contexto propalado se proclama uma igualitariedade democrática que ao perpetuar-se acriticamente inviabiliza a visualização e repúdio de manifestações preconceituosas, acirrando no processo as relações de preconceito, as tornando “naturais”.

Não obstante, o espaço escolar tem força e poder para gerar reconhecimento e valorização das diversas expressões culturais e o conhecimento produzido por diferentes raças. Ao incorporar discursos que reconhecem a diversidade é possível fomentar importantes bases para relações coesas e destituídas de preconceito, fortalecendo as identidades de alunos/as negros e não-negros.

Como aspectos positivos e movimentos de mudança sociais que buscam equiparar as relações entre os indivíduos, nas últimas décadas, os estudos sobre a temática central no ambiente escolar ganharam mais importância, e legislações nacionais, que regem a educação brasileira e outros documentos legais citados ao longo desta investigação e, que promovem mudanças nas escolas e consequentemente no social.

Para romper a denegação e o silenciamento do preconceito no meio escolar identificamos que a lógica do diálogo é uma das principais etapas para acabar com o encobrimento, ou seja, é importante a enunciação do ensino de História e Cultura Afrodescendente, na escola e na formação de professores, a fim de eliminar as diversas formas de racismo e discriminação que ainda prevalecem em nossas instituições de ensino.

Torna-se base para viabilizar a formação identitária dos alunos aumentar a cada dia a representação positiva dos negros nos espaços sociais, mostrando as crianças que vivemos em um mundo multicultural. Nesse sentido, discutir este tema de pesquisa requer conhecimento, empatia e capacitação. É preciso compartilhar ideias e práticas que proporcionem um ambiente que promova o respeito à diversidade.

## REFERÊNCIAS

ALGARVE, Valéria Aparecida. **Cultura negra na sala de aula: pode um cantinho de africanidades elevar a auto-estima de crianças negras e melhorar o relacionamento entre crianças negras e brancas?**. Dissertação de Mestrado. Ufscar. São Carlos. 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2661/DissVAA.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 5 jul. 2022.

ALMEIDA, Sílvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA., 2020.

ALVES, Elizabeth Conceição. **A Educação das relações étnicorraciais na creche: trançando como mechas da legislação federal, formação e prática das professoras**. Dissertação de Mestrado. Ufscar. São Carlos. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9831/disserta%c3%a7%c3%a3o%20Elizabeth%20-%20vers%c3%a3o%20final%20%282.2%29.pdf?sequence=5&isAllowed=y> Acesso em: 5 jul. 2022.

AZEVEDO, Eliane. **Raça — Conceito e Preconceito**. Editora Ática S.A. 1987.  
BERNARDES, Célia Regina Ody. **Racismo de Estado: uma reflexão a partir da crítica da razão governamental de Michel Foucault**. Curitiba: Juruá, 2013.

BRASIL, Legislação. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional. Legislação, Brasília, DF, dez. 1996. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sef/fundef/Ftp/leg/lein9394.doc>>. Acesso em: 5 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. Legislação. **Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm)> Acesso em: 5 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf> . Acesso em: 5 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. Legislação. **Lei n.º 11.645**. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11645.htm)> Acesso em: 5 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. Legislação. **Lei n.º 12.288**, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

BRITO, Ana Paula Gonçalves; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; DA SILVA, Brunna Alves. **A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NO DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS QUALITATIVAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO**. Cadernos da FUCAMP, v. 20, n. 44, 2021

CARDOSO, Ivanilda Amado. **Educação das relações étnico-raciais: limites e possibilidades no curso de pedagogia da UFSCar**. Dissertação de Mestrado. Ufscar. São Carlos. 2016. Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/8391/DissIAC.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 5 jul. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer n.º 3 de 10 de março de 2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de história e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de maio de, 2004.

\_\_\_\_\_. **Resolução n.º 1 de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de história e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de, 2004, seção 1. P.1. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf> Acesso em: 5 jul. 2022.

CONSTANTINO, Francisca de Lima. **Comunidades de aprendizagem: contribuições da perspectiva dialógica para a construção positiva das identidades das crianças negras na escola**. Dissertação de Mestrado. Ufscar. São Carlos. 2010. Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2543/2975.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 5 jul. 2022.

CORRÊA, Lajara Janaina Lopes. **Um estudo sobre as relações étnicorraciais na perspectiva das crianças pequenas**. Tese de Doutorado. Ufscar. São Carlos. 2017. Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9283/TeseLJLC.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 5 jul. 2022.

CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. **Os debates do significado de educar para as relações étnico-raciais na educação brasileira**. Tese de Mestrado. Ufscar. São Carlos. 2010. Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2519/2807.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 5 jul. 2022.

DEMARZO, Marisa Adriane Dulcini. **Educação das relações étnico-raciais: aprendizagens e experiências de professoras em São Carlos-SP**. Dissertação de Mestrado. Ufscar. São Carlos. 2009. Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2679/5366.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 5 jul. 2022.

DENZIN, Aline de Souza. **Educação das relações étnico-raciais: processos educativos decorrentes de uma intervenção com africanidades**. Tese de Doutorado em Educação. Ufscar. São Carlos. 2018. Disponível em: [https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9793/DENZIN\\_Aline\\_2018.pdf?sequence=5&isAllowed=y](https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9793/DENZIN_Aline_2018.pdf?sequence=5&isAllowed=y) Acesso em: 5 jul. 2022.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. Editora Paz e Terra, 2015.

MASCARENHAS, Leonardo Balbino. Biopolítica, Educação e Resistência na Contemporaneidade. **Educação & Realidade**, v. 43, p. 1537 – 1554, 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3.º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf> Acesso em: 5 jul. 2022.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2. Ed., 2016.

OLIVEIRA, Fabiana de. **Um estudo sobre a creche: o que as práticas educativas produzem e revelam sobre a questão racial?**. Dissertação de Mestrado. Ufscar. São Carlos. 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2555/DissFO.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 5 jul. 2022.

OLIVEIRA, Alessandra Guerra da Silva. **Educação das relações étnico-raciais: processos educativos decorrentes do brincar na educação infantil**. Dissertação de Mestrado. Ufscar. São Carlos. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2765/6710.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 5 jul. 2022.

PICCOLO, Gustavo Martins. Educação infantil: análise da manifestação social do preconceito na atividade principal de jogos. **Educação & Sociedade**, v. 32, 2011.

RABELLO, Elaine T.; PASSOS, José Silveira. **Vygotsky e o desenvolvimento humano**. Portal brasileiro de Análise Transacional, p. 1 – 10, 2010.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. Companhia das letras, 2019.

SOUZA, Edmacy Quirina de. **Crianças negras em escolas de “alma branca”: um estudo sobre a diferença étnico-racial na educação infantil**. Tese de Doutorado. Ufscar. São Carlos. 2016. Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/7873/TeseEQS.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 5 jul. 2022.

SOUZA, Ellen de Lima. **Experiências de infâncias com produções de culturas no Ilê Axé Omo Oxé Ibá Latam**. Tese de Doutorado. Ufscar. São Carlos. 2016.

Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/7877/TeseELS.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 5 jul. 2022.

SOUZA, Ellen de Lima. **Percepções de infância de crianças negras por professoras de Educação Infantil**. Dissertação de Mestrado. Ufscar. São Carlos. 2012. Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2627/4402.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 5 jul. 2022